

UMA REDE LEVA A OUTRA

Publicação da Secretaria de Cidadania e Assistência Social de Várzea Paulista

*Quando as pessoas trabalham juntas
constroem confiança e respeito
e se tornam capazes de solucionar problemas*

*Elinor Ostrom,
primeira mulher a ganhar
o Prêmio Nobel de Economia (2009)*

Créditos da publicação:

COORDENAÇÃO EDITORIAL: Bel Santos Mayer e Vera Lion

REDAÇÃO E EDIÇÃO: Fernanda Pompeu

REVISÃO E COODERNAÇÃO: Giany Povia

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO: Cássio Gusson

CONTEÚDO A PARTIR DOS TEXTOS DE: Adriana Palheta Cardoso, Cláudio Hortêncio Costa, Daniel Adolpho Daltin Assis, Irandi Pereira, Pérola Boudakian

FONTES CONSULTADAS: Site do Governo de Várzea Paulista: www.varzeapaulista.sp.gov.br

Estatuto da Criança e do Adolescente – um guia para jornalista, da Rede Andi Brasil.

Tecnologia a serviço das Redes Sociais, da Fundação Telefônica.

Escola de Redes: <http://escoladeredes.ning.com/>

Créditos institucionais:

Prefeitura Municipal de Várzea Paulista

Secretaria de Comunicação de Várzea Paulista

Secretaria de Cidadania e Assistência Social

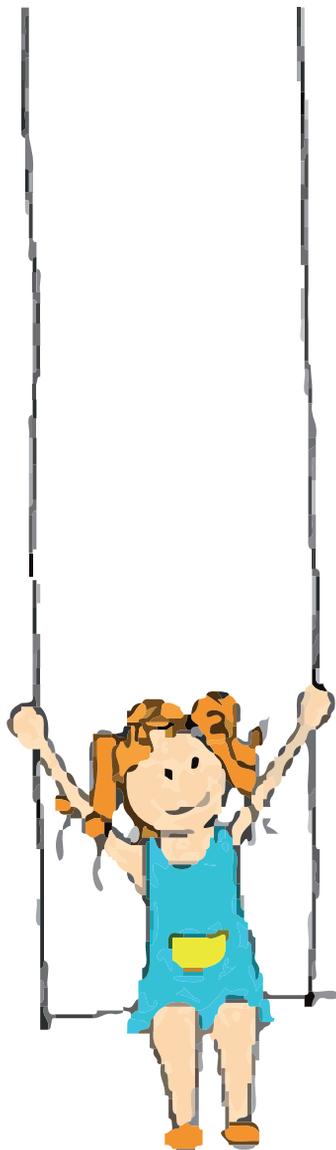
Fundação Telefônica

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Várzea Paulista

Uma rede leva a outra

Ninguém faz nada sozinho. É a lei máxima da vida. Precisamos dos outros do nascimento à morte. As instituições também são assim. O trabalho de uma complementa o de outra. Quando o objetivo é garantir direitos de crianças e adolescentes, a necessidade de complementaridade de políticas e ações é essencial. Nenhuma área, nenhum enfoque, nenhum programa se sustentam sozinhos e nem são capazes de resolver todos os problemas. Por conta disso, as redes são fundamentais. Por conta disso, a solidariedade é a inteligência do século XXI.

Crianças e adolescentes têm direitos



Apesar da chuva que caiu sobre Brasília, o 5 de outubro de 1988 foi uma data ensolarada para a democracia brasileira. Nesse dia, foi promulgada a atual **Constituição Brasileira** – lei máxima do país. Seu texto marcou o reencontro da população brasileira com a democracia.

Democracia que andava sumida após o golpe militar de 1964. Golpe que instaurou uma ditadura de longa duração. Foram anos de censura, prisões, torturas, desaparecimentos. Sem trocadilho, foram anos de morte. A partir da Lei de Anistia, em 1979, a pressão pela democracia cresceu em todo o Brasil e culminou com a instauração da Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988).

A Constituição de 1988 ganhou o significativo apelido de *Constituição Cidadã*. Não à toa, pois nunca uma constituição contou com tantas contribuições da sociedade civil organizada. Os movimentos sociais, durante o processo constituinte, organizaram manifestações, abaixo-assinados, fóruns, amplos debates defendendo suas bandeiras de luta.

Movimentos em defesa da criança e do adolescente – com merecido destaque para o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua -, pastorais, juristas, entre outros batalhadores, de tanto pensar, refletir, discutir, buscar alternativas e agir conseguiram uma vitória incontestável, traduzida no artigo **227 da Constituição**:

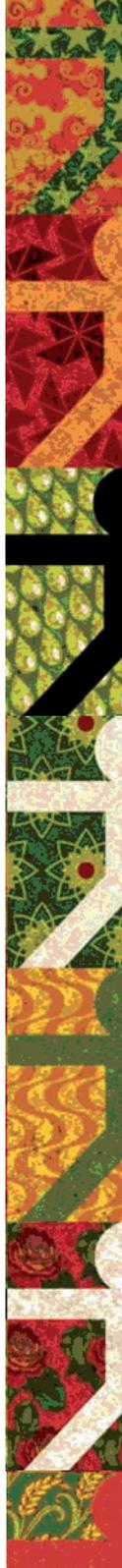
"É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão."

*Um pequeno parágrafo no papel,
um imenso passo para o Brasil.*

No plano global, foi fundamental a aprovação, em 1989, da **Convenção Internacional dos Direitos da Criança da ONU**. Ela reafirma o direito à vida, à liberdade e ao desenvolvimento de toda e qualquer criança do planeta. Foi uma das fontes de inspiração para o nosso **Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA**.

Para o Brasil, o imenso passo veio com o ECA. Aprovada em 1990, a Lei 8.069 de 13 de julho de 1990 causou uma mudança estrutural e de paradigma no modo como a sociedade civil, a família e o Estado encaravam a questão infanto-juvenil.

O ECA enterrou o anacrônico Código de Menores, promulgado em 1927, substituindo o conceito de situação irregular de crianças e adolescentes – que punha carentes, abandonados e autores de ato infracional na mesma categoria - para o conceito de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos. Trocando em miúdos, passamos da ideia de punir crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade para a ideia de exigibilidade de direitos e de responsabilização da família, Estado e sociedade no tocante à proteção infanto-juvenil.





Apesar de algumas pessoas alardearem que o ECA trata apenas de direitos, isso não é verdade. O Estatuto traz vários artigos acerca de deveres e de responsabilizações de jovens autores de atos infracionais. Nosso país deve se orgulhar de um documento da envergadura do ECA, aclamado em muitos fóruns internacionais. Ele também mudou de forma radical a visão da sociedade brasileira em relação à infância e à juventude, pois uma nação que não cuida de suas crianças e adolescentes, ainda não é uma nação.

Outro mito a ser derrubado é que o ECA só diz respeito a crianças e adolescentes em situação de pobreza e violência. Isso é falso. Diferentemente do Código de Menores, que se referia apenas àqueles e àquelas que se encontravam em situação irregular, o Estatuto é uma Lei para todas as crianças e adolescentes vivendo no território brasileiro.

Dentro dessa nova visão, surgiu a **Proteção Integral** - conjunto de princípios e regras - a favor dos direitos fundamentais das crianças e adolescentes. **São eles:**

Direitos à vida, à educação, à cultura, ao esporte, ao entretenimento, à profissionalização, às convivências familiar e comunitária, à dignidade, ao respeito e à liberdade.



Sistema de Garantia dos Direitos (SGD)

Para que a Proteção Integral funcione, o ECA lançou as bases para o Sistema de Garantia de Direitos. Como o nome diz, trata-se de uma articulação de políticas públicas universais de atendimento às necessidades básicas de crianças e adolescentes. O SGD também articula medidas de proteção especial para crianças e adolescentes vivendo em situação de risco pessoal e social.

Essa articulação se dá por ações governamentais (União, estados e municípios) e não governamentais (organizações da sociedade civil).

O Sistema de Garantia de Direitos se apóia em três eixos: promoção de direitos, defesa de direitos, controle social.

- **Promoção de direitos:** objetiva o atendimento dos direitos fundamentais das crianças e adolescentes.
- **Defesa de direitos:** objetiva responsabilizar o Estado, a Família e a Sociedade quando os direitos infanto-juvenis não são cumpridos ou quando há mau atendimento.
- **Controle social:** Objetiva monitorar a aplicação das políticas públicas e sua averiguação quanto à eficiência e ao impacto no público-alvo.

Tomemos como exemplo a educação escolar. O Estado tem como obrigação construir escolas e garantir vagas para todos. A família tem o dever de matricular a criança ou adolescente e acompanhar os desempenhos do estudante e da escola. A sociedade deve ser parceira na reivindicação de mais escolas e na observância da qualidade do ensino. Se faltar um desses elementos, o ciclo de qualidade não se completa e o direito à educação não fica garantido.

Dá para perceber que um eixo não vive sem o outro: promove-se, defende-se, controla-se. Estado, sociedade e família são os atores do **SGD**. Faltando um deles, o sistema fica capenga.

O **Sistema de Garantia de Direitos** nasceu com cara de rede. A própria palavra sistema traz a ideia de ligações e articulações. Um sistema não existe de forma isolada, estanque. Ele necessita de elementos que conversem entre si.

Trabalhar para e com pessoas em fase de desenvolvimento exige concentração de cada um e união de esforços coletivos. Todos precisam contribuir, com competências e habilidades específicas, porém complementares, para que crianças e adolescentes tenham um crescimento saudável.

Crescimento saudável é aquele que permite o acesso a bens sociais e a oportunidades reais de inserção no mundo da educação e do trabalho. Nem Estado, nem família, nem sociedade conseguem esses objetivos sozinhos. Um precisa conectar-se ao outro para ter sucesso.



Trabalhar em rede

A ideia de trabalhar em conjunto – conjugando esforços e repartindo atribuições e responsabilidades – é tão antiga quanto a humanidade. As pessoas se organizam em redes. Vivenciamos, em menor ou maior grau, as redes familiar, de amigos, escolar, de trabalho, de afinidades, de participação.

Mesmo antes de chamar a rede de rede, era assim que as coisas se davam: quem conhecesse mais gente, teria mais proteção e oportunidade. Quanto mais gente soubesse de um projeto, maior a chance de sucesso desse projeto. Com absoluta propriedade, alguém já disse: “As ideias, como as uvas, se desenvolvem em cachos.” A estrondosa novidade veio com as ferramentas tecnológicas de informação e comunicação. Ou, dito de forma mais elegante, com as TIC – Tecnologias de Informação e Conhecimento. A popularização da internet abriu portas e janelas para o trabalho em rede. Mais ainda, potencializou uma sociedade em rede.

No fundo, a tecnologia incentiva a conversa entre a rede social, nossa velha conhecida, e a rede eletrônica, nossa nova amiga.

Para implementar, com sucesso, o Sistema de Garantia de Direitos – cujo objetivo é a proteção integral de crianças e adolescentes – é necessário e oportuno trabalhar em rede.

MUDAR PELA METADE NÃO É MUDAR

O trabalho em rede nos dá a oportunidade de transformar comportamentos pessoais e institucionais. O mais profundo deles é aprendermos a trabalhar coletiva e horizontalmente. As redes não são hierárquicas: elas não têm porteiro nem chefe.

As redes abrem caminhos para revisar procedimentos. Elas odeiam burocracias. Mas alguma burocracia é necessária para a seriedade dos atendimentos. Então, o desafio é simplificar ao máximo, sem negligenciar as exigências.

As redes são como bambu: firmes e flexíveis ao mesmo tempo. A firmeza está na qualidade das



informações, na consistência dos dados, na preocupação com a interatividade. A flexibilidade reside na capacidade de ir transformando as tramas da própria rede.

A quantidade de parceiros e a qualidade da participação oxigenam a rede. Transparência no diálogo entre participantes garante longa vida à rede. Todos têm compromisso com ela.

Certamente, nem toda informação ou dados, inseridos no sistema de Rede, se tornam públicos. Há questões de privacidade a serem respeitadas. É importante observar a ética e a licitude para estabelecer critérios objetivos e democráticos que determinam o que é público e o que não é. Uma rede pode trabalhar com níveis de acesso usando, por exemplo, cadastramento e senhas.

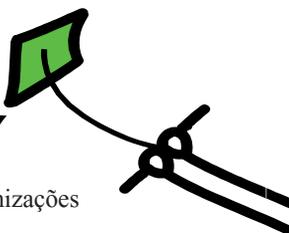
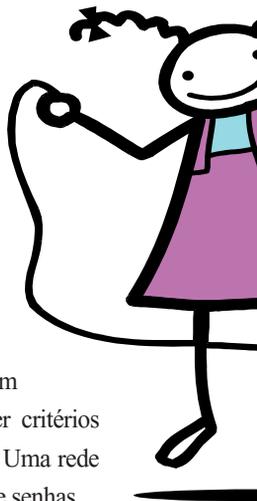
No século XXI, estamos experimentando essa novidade na circulação da informação e na construção e distribuição do conhecimento. Sem medo de errar e sem medo de acertar. Vamos lembrar: a tecnologia só funciona se as pessoas se envolverem.

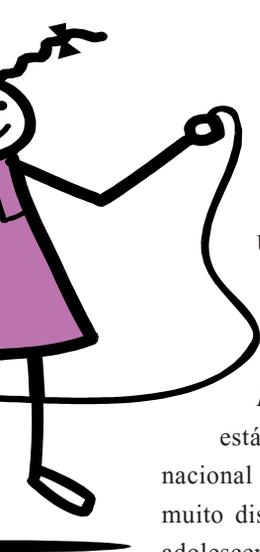
Enfim, trabalhar em rede e com redes mobiliza vários desafios. Para facilitar, vamos pensar em dez pontos, ou seja, em um decálogo:

1- TER OBJETIVOS COMUNS

O primeiro empurrão para o sucesso de uma rede é ter claro o objetivo do trabalho. Quais são os horizontes e quais os limites. Ter objetivos comuns e específicos facilita articulações, define atribuições e incentiva pessoas e organizações envolvidas.

Por exemplo: a área da saúde tem como objetivo a saúde, a de educação tem como objetivo a educação. O objetivo de cada uma deve ser claro. Também generoso deve ser o diálogo entre áreas. Saúde e educação caminham juntas na vida de crianças e adolescentes.





2. SABER QUEM É QUEM

Uma rede não é um prédio de apartamentos, onde, comumente, as pessoas apenas se cumprimentam no elevador ou na portaria. Uma rede de sucesso é curiosa. Cuida do que o outro está fazendo. Comunica-se.

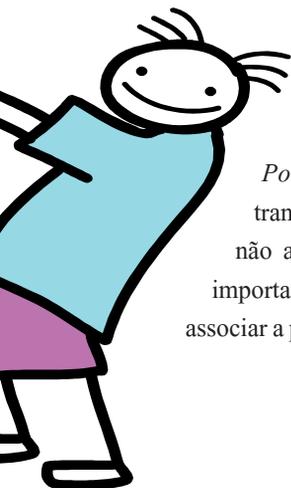
Por exemplo: Prestar atenção em como uma determinada ONG está trabalhando com adolescentes; reparar em uma campanha nacional de combate à pedofilia; analisar sites de prefeituras vizinhas (ou muito distantes); conhecer os serviços da cidade oferecidos a crianças e adolescentes. Também ouvir o que o povo está falando nas feiras, nas filas, nas UBS. Em suma, ficar ligado “nas coisas que estão no mundo” para ter ideias de comunicação e transformação.

3. EXPANDIR E ORGANIZAR INFORMAÇÕES E CONHECIMENTOS

Bastam duas pessoas se encontrarem, para trocar notícias. Quando há o envolvimento de mais pessoas, em reuniões e encontros, as informações são registradas, em relatórios e atas, para que fique na memória institucional e possam ser compartilhadas. Disseminar informações e conhecimentos é uma das maiores vantagens da internet. Ela possibilita a difusão de bibliotecas virtuais com informações, banco de dados, manuais, cartilhas, textos teóricos, troca de experiências.

O que até pouco tempo atrás ficava restrito a espaços físicos, hoje pode ser acessado de qualquer canto do planeta. Mas, é claro, não basta encher a internet com dados em estado bruto. É preciso fazer mais do que isso.

Por exemplo: Informações organizadas e amadurecidas se transformam em conhecimentos. Dados e informações em estado bruto não ajudam muito. Ao publicar uma pesquisa de moradia na rede, é importante o esforço de comentá-la. Mais ainda, é bem-vindo o esforço de associar a pesquisa de moradia à situação de crianças e adolescentes da região.



4. QUEM TEM MEMÓRIA TEM TUDO

Uma rede também escreve a história das organizações que a formam. Registra processos e resultados do que deu certo e também do que deu errado. É bom lembrar que a transformação só é possível quando passamos a limpo erros e acertos. A memória impede que reinventemos a roda (criada há milhares de anos antes de Cristo).

Por exemplo: Documentar processos de trabalhos certamente jogará luz em novos projetos. Da mesma forma, quando vamos fazer algo novo é útil pesquisar o que “de parecido” foi feito antes. Grandes oportunidades são perdidas por falta de referências passadas. É como a história do bolo da avó falecida que ficou na saudade, porque ninguém anotou a receita.

5. APERTAR E AFROUXAR

Objetivos, metas, monitoramentos necessitam ser claros, exatos. Avaliações podem pedir mudanças de rota, novas ideias e estratégias, oxigenação. Manter o equilíbrio entre o que se sabe e o que ainda não se sabe é o ponto do doce.

Por exemplo: Toda ideia, todo projeto nasce com força e razoável grau de novidade. Mas ideias e projetos podem enferrujar. Para seguirem eficientes, precisam de adaptações e mudanças. Muitas vezes, temos que ser ousados para corrigir o curso de uma ideia. Isso não é ruim. Como diz a garotada: “A fila anda.”

6. PARTICIPAÇÃO E RESPONSABILIDADE

O fato de uma rede ser horizontal, isto é, garantir voz e conexão para todos os participantes, não significa abrir mão de tarefas e de responsabilidades. Uma metáfora: a rede é a orquestra, cada integrante é um instrumento. Se um desafinar, ou não tocar na hora certa, a orquestra desanda. A música é o objetivo comum.

Por exemplo: Sem horizontalidade uma rede não existe. Mas sem compromisso e responsabilidade também não. Tendo claro que o objetivo é fazer valer os direitos das crianças e dos adolescentes, a participação deve ser responsável.

7. DIÁLOGO, DIÁLOGO, DIÁLOGO

Pessoas e organizações em rede conversam. O diálogo não é somente um bate-papo. É colaboração e construção coletiva. Mais ainda, é a busca de soluções coletivas para ultrapassar os desafios.

Por exemplo: Falar sem saber ouvir, ouvir sem coragem de retrucar é a negação do diálogo. Nenhuma pessoa pensa 100% igual a outra. Mas qualquer pessoa pode chegar a um acordo com outra. Argumente, ouça. Ouça, argumente.

8. MOSTRE-SE, SEJA EXIBIDO

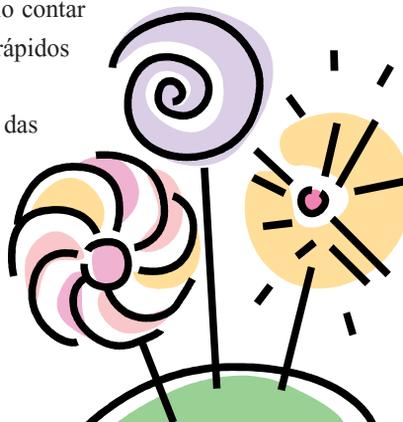
Se a rede não aparecer, ela definha. Ela precisa ser vista. Mais do que vista, precisa ser reconhecida. Redes são prestadoras de serviços de informação e conhecimento.

Por exemplo: A vida ensina que não basta ser bom para acontecer. É preciso ser bom e aparecer. Grandes trabalhos podem se perder na pouca visibilidade. A rede não é um detalhe. Ao contrário, ela é um eixo irradiador.

9. ACELERANDO, ACELERANDO

Legitimidade, efetividade e sustentabilidade da rede são construídas na teia de relações que se estabelecem nos encontros, na procura de soluções por meio de ações entrelaçadas. Também vão se estabelecendo relações de confiança, a partir da constatação de que ninguém está sozinho e tem com quem contar. Para que o processo flua é necessário contar com a tecnologia que permita acesso e navegabilidade rápidos e seguros.

Por exemplo: O REDECA – Sistema de Informação das Redes pelo ECA, em parceria com a Telefônica, conta com infraestrutura – banda larga, software livre – apropriada para conexões rápidas e seguras.



10. AMBIENTE DE CRESCIMENTO

Uma rede se constrói com a força de vontade e com espírito de colaboração de seus participantes. Para que ela siga em frente é necessário o dedinho de cada um.

Por exemplo: O dinamismo do trabalho em rede chama seus participantes ao crescimento. Não dá para ficar parado no ponto. O mundo em rede exige disposição para a aprendizagem e para a ação. Além de uma infinita curiosidade.

ENTRANDO NA REDE DE VÁRZEA PAULISTA

A Rede de Atenção à Criança e ao Adolescente de Várzea Paulista tem como objetivo favorecer o diálogo, o encontro e a interligação dos esforços em prol da população infanto-juvenil da cidade. Esses esforços são feitos por organizações governamentais, não governamentais, conselhos setoriais e sistema de justiça.

Para dinamizar a Rede de Atenção, Várzea Paulista mantém o projeto Entrando na Rede. Você pode conhecê-lo, no endereço:

[HTTP://IACA.VARZEAPAULISTA.SP.GOV.BR/WORDPRESS/](http://iaca.varzeapaulista.sp.gov.br/wordpress/) .

Mas nossa rede não é apenas eletrônica. Em Várzea Paulista, são frequentes as reuniões – olho no olho - de grupos de trabalho para discussões de temas como medidas socioeducativas, convivência familiar e comunitária, trabalho infantil, *cases*, monitoramento e avaliação da rede, entre outros.

Ao privilegiar a expressão de vivências e experiências, as reuniões da rede tornam-se espaços para o diálogo entre pessoas e organizações. Esse diálogo favorece o surgimento de novas ideias e possibilidades de ação.

As redes de Várzea Paulista

CONSELHOS

Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS)

Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA)

Conselho Tutelar

SECRETARIA DE CIDADANIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Departamento da Infância e da Juventude

Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)

Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)

Programa de Economia Solidária

SECRETARIA DA SAÚDE

Ambulatório Especialidades

Unidades básica de saúde (UBS)

Hospital Municipal

Centro de Especialidades Odontológicas (CEO)

Centro Integrado Educação e Saúde (CIES)

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO/CULTURA/ESPORTE/LAZER

Escolas

Creches

Departamento de Cultura

Departamento de Esporte e Lazer

JUSTIÇA

Vara da Infância e Juventude

Promotoria de Justiça

ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS

Amor Fraternal

Associação de Educação Homem de Amanhã “Guardinha”

Associação Missão Belém

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAÊ)

Casa Transitória Menino Jesus

Casa Bom Samaritano

Casa Amor Perfeito

Casa Esperança e Vida

Pastoral da Criança

Pastoral do Menor



Gestão Pública Municipal

Foi também com a Constituição Cidadã, de 1988, que a descentralização e municipalização de competências e ações se firmaram como marcos para a transformação social.

São nas cidades que as pessoas moram, transitam, trabalham, estudam, criam. É nas cidades que a ação pública se materializa modificando a vida dos cidadãos. Nas cidades, a política é palpável, concreta. É na esfera local que o cidadão e cidadã podem controlar as ações públicas.

Uma gestão municipal participativa engloba a presença de vários atores com seus pontos de vista. Conhece com profundidade o território e as desigualdades existentes. Se esforça para implementar políticas públicas articuladas.

Uma gestão municipal participativa prestigia os Conselhos que são espaços de cogestão das políticas. Apesar de existirem desde os anos 1950, os Conselhos se tornaram fundamentais com a redemocratização do país.

Os Conselhos garantem a participação da sociedade, pois são órgãos colegiados, permanentes, paritários e deliberativos. Paritário significa mesmo número de representantes da sociedade civil e do poder público.

Mas nada do que é humano se sustenta por osmose. Os Conselhos funcionam na medida exata em que a sociedade se envolve. Seja participando, prestigiando-os, seja monitorando-os.

No universo da infância e juventude, o Estatuto da Criança e do Adolescente determinou a formação de Conselhos nacional, estaduais e municipais. Eles são independentes e complementares ao mesmo tempo:

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, ESFERA FEDERAL

O objetivo do CONANDA é estabelecer regras claras e parâmetros norteadores para políticas públicas e ações em todo o Brasil. Tem papel

fiscalizador das ações voltadas à população infanto-juvenil. Também é responsável, em parceria com outros órgãos, por deflagrar campanhas nacionais e organizar fóruns de debates e deliberações. Trocando em miúdos, sua responsabilidade é que o ECA seja cumprido em todo o território nacional.

CONSELHO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTES, ESFERAS ESTADUAL E MUNICIPAL.

Formula políticas públicas e as controla. Também formula programas de proteção e socioeducativos para o público infanto-juvenil. Cabe também aos Conselhos de Direito deliberar acerca das destinações dos recursos do Fundo de Direitos da Criança e do Adolescente.

As principais fontes de receitas do Fundo vêm de pessoas físicas ou jurídicas. Também são resultado de multas administrativas aplicadas pelo descumprimento do ECA.

Seja qual a fonte, os recursos do Fundo são considerados recursos públicos e, portanto, estão sujeitos às mesmas regras do dinheiro público em geral.

CONSELHO TUTELAR, ESFERA MUNICIPAL

Atende crianças e adolescentes com direitos violados ou ameaçados. Faz encaminhamento das necessidades para a Rede do Município. A direção do Conselho Tutelar tem que pertencer à comunidade e ser eleita por ela. Tem caráter permanente. Municípios com Conselhos Tutelares mostram que estão antenados com o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente. Compreender a utilidade do Conselho Tutelar é fundamental para desfazer mal-entendidos. O Conselho Tutelar não tem papel de polícia e nem de juiz. Sua preocupação primeira e última é zelar pelas crianças e adolescentes submetidos a violências e violação de direitos.

Para que crianças e adolescentes tenham seus direitos respeitados, os conselheiros de direito e titulares devem manter um diálogo dinâmico. As equipes, ao vitaminar o trabalho em rede, contribuem para que as



respostas sejam mais rápidas e de qualidade. Novamente, cabe a metáfora da orquestra, todos devem estar afinados para a garantia da integralidade do atendimento.

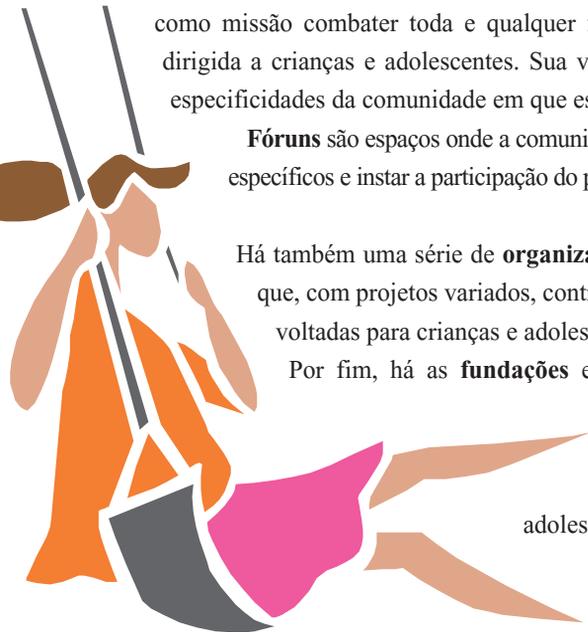
ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA) tem como missão combater toda e qualquer forma de violência e discriminação dirigida a crianças e adolescentes. Sua visão deve considerar o entorno e as especificidades da comunidade em que está inserido.

Fóruns são espaços onde a comunidade reunida pode trabalhar problemas específicos e instar a participação do poder público.

Há também uma série de **organizações não-governamentais (ONGs)** que, com projetos variados, contribuem para a qualidade das políticas voltadas para crianças e adolescentes.

Por fim, há as **fundações** e os **institutos**, ligados à iniciativa privada. Eles são um exemplo da chamada responsabilidade social das empresas para com crianças e adolescentes.



Orçamento Público

É dinheiro de todos nós. Todos - ricos e pobres, empregados, desempregados, aposentados - contribuem para o Orçamento Público, principalmente, por meio do pagamento de impostos. Quando você compra um biscoquinho na venda está pagando impostos ao governo. Quem compra um barco, também.

A ideia é que o dinheiro público volte em forma de benefícios para o conjunto da sociedade. Daí, é fundamental saber para onde vai esse dinheiro e com o que e como ele é gasto. Portanto, precisamos entender, minimamente, como funciona o orçamento público.

OS PASSOS DO ORÇAMENTO PÚBLICO

Primeiro passo: é elaborado o Plano Plurianual (PPA), trata-se do planejamento do governo, incluindo o custo para programas, ações, projetos, para os próximos quatro anos.

Segundo passo: a cada ano é elaborada a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), priorizando obras e serviços.

Terceiro e último passo: é feita a Lei Orçamentária Anual (LOA), com a discriminação de todos os gastos, tintim por tintim.

A prioridade conferida a crianças e adolescentes deve, necessariamente, vir refletida na distribuição dos recursos públicos.

Isso pode ser visto sabendo quando dinheiro existe na cidade para ser gasto em políticas e programas para crianças



e adolescentes.

Para facilitar, foi criada uma metodologia, batizada de Orçamento Criança. Ela foi elaborada pela Fundação Abrinq, UNICEF e Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC).

Os seguintes eixos sustentaram a metodologia: educação, saúde, proteção social e direitos de cidadania. Em outras palavras, o Orçamento Criança é uma ferramenta de averiguação e acompanhamento do que o país, os estados, os municípios investem na proteção integral de crianças e adolescentes.

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

Uma forma eficiente da sociedade civil lutar por recursos, para programas e projetos voltados ao público infanto-juvenil, é atuar no Orçamento Participativo.

Em Várzea Paulista, o Orçamento Participativo foi implementado em 2005. Por meio de reuniões abertas, necessidades e prioridades são debatidas. Delegados eleitos (um para cada dez pessoas) integram o Conselho do Orçamento Participativo. Esse Conselho acompanha a execução das demandas.

Por meio do Orçamento Participativo, a comunidade pode sugerir obras e ações que favoreçam crianças e adolescentes. Por exemplo, a construção de uma creche, a feitura de uma quadra esportiva em uma praça, a criação de um centro de convivência e cultura para jovens etc.



Ferramentas

A colorful illustration showing a group of diverse children holding hands in a circle around a stylized globe of the Earth. The globe is blue with green continents. The children are drawn in a simple, cartoonish style with various skin tones and clothing. Some are holding flags or symbols, and they all have happy expressions.

Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988. É a Lei máxima do país. Nenhuma outra lei, estadual ou municipal, pode entrar em conflito com os artigos da Constituição. Ela é, também, a expressão do que brasileiros e brasileiras desejam para o país. Certamente, para tornar esse desejo realidade, são necessários criatividade, diálogo, flexibilidade e trabalho.

Convenção Internacional dos Direitos da Criança, documento da ONU, aprovado em 1989. Entre os princípios estão, em destaque, o direito à vida, à liberdade e ao desenvolvimento. Os países que assinaram a Convenção comprometem-se a defender esses princípios. O Brasil assinou.

Estatuto da Criança e do Adolescente, depois de muita camisa suada e muito verbo, foi aprovado o ECA. A Lei é de 1990. Ela normatiza o artigo 227 da Constituição Federal que estabelece o direito integral de crianças e adolescentes e convoca Estado, sociedade e família para zelar por esses direitos.

O Estatuto é um marco histórico e vital para as crianças e adolescentes brasileiros, compreendidos como prioridade. Substituindo o anacrônico Código de Menores, o ECA apresenta a doutrina de proteção integral e lança o caminho para o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Indicadores

Indicadores, como o nome diz, servem para indicar como andam os processos de ações, projetos e programas. Eles também medem o alcance de um investimento social. Para a gestão municipal: são ferramentas poderosas capazes de medir o grau de transformação de suas iniciativas. Para a população: um instrumento eficaz de controle social.

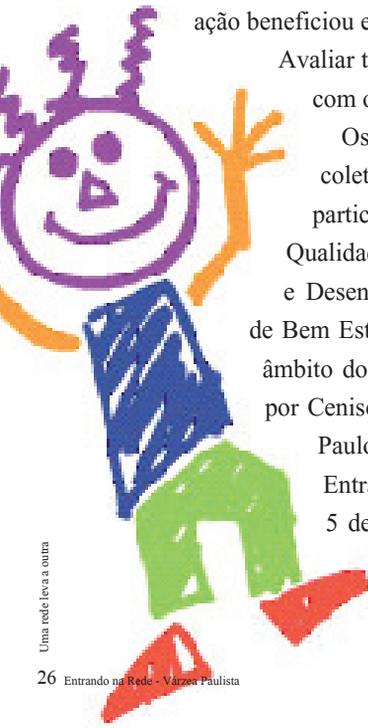
Há vários tipos de indicadores. Construí-los requer racionalidade e conhecimento do universo que se quer monitorar e avaliar. Também requer sensibilidade para interpretá-los à luz do território das ações.

Indicadores também formam índices. Por exemplo, o famoso IDH – Índice de Desenvolvimento Humano, criado pelas Nações Unidas, tem os seguintes indicadores: *alfabetização, longevidade e renda*.

Os indicadores também podem ser de monitoramento e avaliação. Monitorar e avaliar é uma dupla dinâmica a serviço da eficiência e eficácia das ações. Monitorar é medir contínua ou periodicamente as fases de um projeto ou programa. Checar caminhos certos e necessidades de mudar rotas. Avaliar é analisar o que foi feito e medir resultados e impactos – quantas pessoas uma ação beneficiou e qual o grau de transformação em suas vidas.

Avaliar também significa fazer melhor da próxima vez. É aprender com o passado a melhorar o futuro.

Os indicadores para o Entrando na Rede foram construídos coletivamente a partir de encontros de formação. Os participantes conheceram e trabalharam com os Indicadores de Qualidade de Projeto –IPQ, criados pelo Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento - CPCD, com os Indicadores de Referência de Bem Estar no Município de São Paulo – IRBEM, construídos no âmbito do Movimento Nossa São Paulo e com o Ecâmetro, criado por Cenise Monte Vicente para o CONDECA e a Rede Social São Paulo. A proposta é usá-los no monitoramento e avaliação do Entrando na Rede, a partir de 2010. São 12 indicadores, sendo 5 deles considerados prioritários para o atual momento, mas todos igualmente importantes.



INDICADORES PRIORITÁRIOS
PARA ENTRANDO NA REDE – 2010:

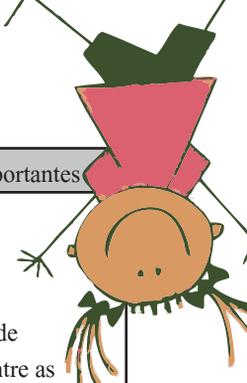


Indicador	Descrição	Objetivo	Perguntas Importantes
ACESSO	Alcance e garantia das ações	Garantir que a Rede amplie o acesso da população aos serviços	<ul style="list-style-type: none"> •Qual a meta de cadastros? Quanto se quer aumentar? Com qual periodicidade?
			<ul style="list-style-type: none"> •Há ampliação do acesso a serviços?
			<ul style="list-style-type: none"> •Quantos pontos de Rede estão implantados e funcionando? Quantos não funcionam? Por quê?
			<ul style="list-style-type: none"> •Os dados são atualizados com frequência? Qual frequência?
			<ul style="list-style-type: none"> •Existe, nas diferentes instituições e projetos, profissional responsável pela atualização dos dados?
			<ul style="list-style-type: none"> •Diminui a busca por serviços especiais (medidas)?
			<ul style="list-style-type: none"> •As instituições acessam o REDECA? O acesso, nos vários pontos, aumenta, mantém-se ou diminui?

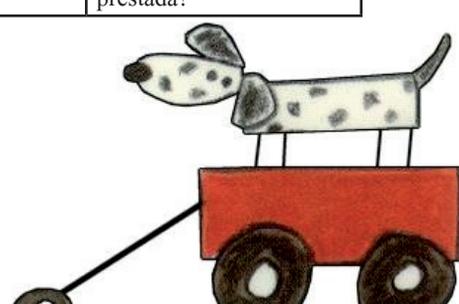
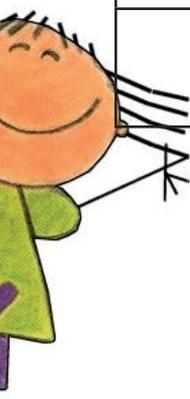


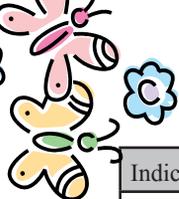
Indicador	Descrição	Objetivo	Perguntas Importantes
PARTICIPAÇÃO	Presença e atuação participativa e propositiva	Registrar a atuação contínua e ampliação da Rede, garantindo representação de todas as instituições do Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e Adolescentes	• Há um calendário de reuniões da Rede? Com qual frequência?
			• Quais instituições participam?
			• Foram incluídas novas instituições? Quais?
			• Há assiduidade e continuidade na representação e participação?
			• As instituições e membros participam democraticamente dando opiniões e sugestões?
			• Realiza-se (na Rede) os combinados?
• As instituições/membros sentem-se animados a participar da Rede?			





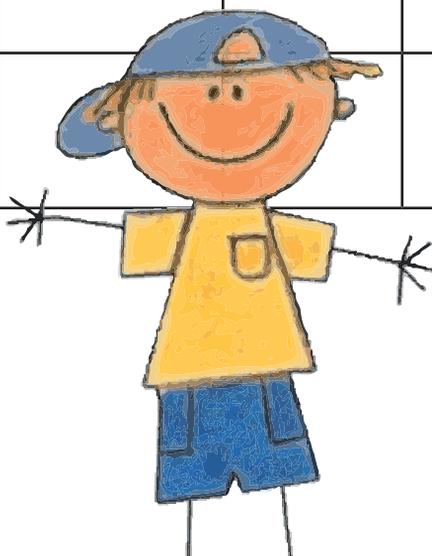
Indicador	Descrição	Objetivo	Perguntas Importantes
COOPERAÇÃO	Espírito de equipe, solidariedade, reconhecimento das competências próprias, dos demais e da complementaridade necessária e possível às ações em Rede	Fortalecer a atuação das instituições e da Rede	<ul style="list-style-type: none">• Há ausência de competição entre as instituições/membros da Rede?
			<ul style="list-style-type: none">• As instituições e profissionais procuram solucionar problemas e dificuldades de forma colaborativa, acionando outros membros da Rede? Com quem a comunicação é feita?
			<ul style="list-style-type: none">• Há um fluxo definido de troca de informações entre as instituições/membros? Com qual frequência?
			<ul style="list-style-type: none">• São disponibilizadas informações quando solicitadas?
			<ul style="list-style-type: none">• Há cuidado com a qualidade da informação prestada?





Indicador	Descrição	Objetivo	Perguntas Importantes
DINAMISMO	Capacidade de autotransformação e de encontrar respostas	Favorecer o diálogo, o contato interpessoal e interinstitucional, agilizando o atendimento e disponibilização de informações para a população e efetivação do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes	•Há maior capacidade de resolução de problemas?
			•A Rede facilita a resolução de casos/ situações difíceis? A Rede acompanha esses casos? Como tem sido esse acompanhamento?
			•Há flexibilidade?
			•Quanto tempo demora para ser atendido pelos serviços?
			•Pela Rede é mais fácil? Diminui o tempo para acessar os serviços?
			•O fluxo do Sistema de Garantias de Direitos da Criança e do Adolescente funciona?
			•A Rede facilita o Sistema de Garantias?

Indicador	Descrição	Objetivo	Perguntas Importantes
COMUNICAÇÃO	Disseminação das informações e saberes	Apresentar resultados, divulgar a Rede e sua importância para o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e Adolescentes	•Os membros mantêm espaços de socialização da Rede em suas instituições? Quais?
			•A comunicação e troca de informações ocorrem de forma eficaz entre as instituições e não exclusivamente entre pessoas?
			•A Rede comunica informações atualizadas (banco de dados)?
			•A Rede capacita os envolvidos no Entrando na Rede?
			•Os novos projetos e ações das instituições são socializados com a Rede?
			•A Rede participa de outros espaços e eventos na cidade, no estado, no país?



DEMAIS INDICADORES DA REDE

Indicador	Descrição	Objetivo	Perguntas Importantes
APROPRIAÇÃO	Sentir-se “dono” do projeto e responsável por seu funcionamento, reconhecendo que as conquistas e fracassos são do coletivo, promovendo o equilíbrio entre o desejado e o alcançado	Envolver a maior parte dos membros das instituições e projetos com a Rede	<ul style="list-style-type: none"> • As metas da Rede são convergentes com as metas das instituições/membros? • As várias equipes e pessoas das instituições colaboram com a Rede? Oferecem e solicitam informações? • Todos os atores envolvidos na garantia de direitos da criança e adolescente sentem-se parte/”dono” da Rede?



Indicador	Descrição	Objetivo	Perguntas Importantes
ABRANGÊNCIA	Área de atuação	Conhecer e ampliar a área de abrangência dos serviços	<ul style="list-style-type: none"> •Qual o público-alvo é coberto pelos serviços? •Quais as vulnerabilidades enfrentadas por essa população? •Foram incluídos novos públicos? Novos parceiros e apoiadores? •Quantos e quais serviços há no território? •Quantos utilizam o serviço? Quais serviços? Quantos não utilizam? Por quê? •Existem os serviços necessários para garantia dos direitos das crianças e adolescentes do município? •Quais os serviços mais conhecidos pela população? •Há parcerias com as cidades vizinhas? Em que?

Indicador	Descrição	Objetivo	Perguntas Importantes
EFICIÊNCIA	Identidade entre fim e necessidade	Oferecer serviços e definir prioridades de forma coletiva	<ul style="list-style-type: none"> • Os serviços/áreas essenciais estão cobertos? • São criados serviços necessários às demandas? • A Rede consegue atender suas reais demandas? Como? • A forma utilizada para atendimento das demandas e necessidades é a melhor? • O banco de dados (REDECA) é consultado para a definição de prioridades? • A Rede monitora as políticas públicas do município? Do estado e da união? • As ações são planejadas? Em quais momentos?

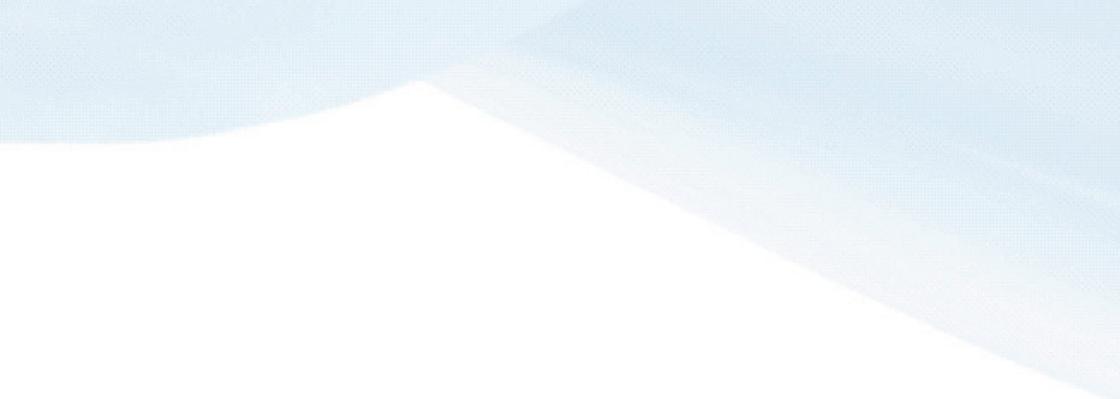


Indicador	Descrição	Objetivo	Perguntas Importantes
VISIBILIDADE	Como o projeto é visto	Tornar a Rede conhecida e reconhecida por todos (usuários, trabalhadores e instituições)	<ul style="list-style-type: none"> •A Rede e os serviços são conhecidos? •Por quais meios os diferentes segmentos tomam conhecimento da Rede? •Quais as formas de divulgação da Rede? <p>A população em geral acessa essas formas de divulgação?</p> <ul style="list-style-type: none"> •A Rede é acionada? É citada pelos seus membros nos diferentes veículos de comunicação (sites, boletins etc)? •A população conhece e acessa seus direitos? Conhece o ECA? •A população controla a oferta dos serviços? De que forma?
CREDIBILIDADE	Confiança na atuação e reconhecimento externo	Aumentar a credibilidade das instituições, dos serviços ofertados e na atuação em Rede	<ul style="list-style-type: none"> •As instituições/membros confiam na Rede e em sua eficiência para a garantia dos direitos de crianças e adolescentes? •O público-alvo confia nas instituições e na Rede?

Indicador	Descrição	Objetivo	Perguntas Importantes
COERÊNCIA	Relação entre teoria e prática	Avaliar se as instituições que compõem a Rede atuam na perspectiva de efetivação do Sistema de Garantia de Direitos	<ul style="list-style-type: none"> •As instituições e profissionais da Rede conhecem e atuam de forma coerente com o ECA? •Crianças e adolescentes são prioridade para as instituições que compõem a Rede?
TRANSFORMAÇÃO	Passar de um estado a outro melhor	Avaliar as mudanças positivas e transformações provocadas pela atuação em Rede	<ul style="list-style-type: none"> •Há mudanças na realidade e na garantia de direitos de crianças e adolescentes? •Qual a influência da Rede na garantia dos direitos de crianças e adolescentes? •A população participa do Sistema de Garantia de Direitos? •Houve superação de vulnerabilidades a que estão sujeitas crianças e adolescentes?









LEVA A OUTRA UMA
A OUTRA UMA REDE
TRA UMA REDE LEVA
UMA REDE LEVA A
A REDE LEVA A OUTRA
LEVA A OUTRA UMA
A OUTRA UMA REDE
TRA UMA REDE LEVA
UMA REDE LEVA A
A REDE LEVA A OUTRA
LEVA A OUTRA UMA
A OUTRA UMA REDE

